

## O excepcional arazoamento de recurso em Segunda Instância (O artigo 600, parágrafo 4º, do Código de Processo Penal)

EDUARDO SILVEIRA MELO RODRIGUES  
Promotor de Justiça - SP

### 1. O permissivo legal

Com o advento da Lei nº 4.336, de 1º de junho de 1964, fez-se incluir, no artigo 600 do Código de Processo Penal, um quarto parágrafo, tomando o dispositivo legal a seguinte feição, até hoje mantida:

"Art. 600. Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º. Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arazoar na Superior Instância serão os autos remetidos ao Tribunal ad quem onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, notificadas as partes pela publicação oficial."

### 2. O fundamento da inovação

Não parece haver dúvida quanto ao fundamento da medida processual: tratava-se de forma de obviar, aos advogados dos grandes centros, longas e cansativas viagens às comarcas onde constituídos, muita vez, após a sentença condenatória de primeira instância. Como exercessem sua advocacia na Capital dos Estados, ali se situavam os tribunais, para onde, afinal, os recursos eram dirigidos. De certa forma, nem fazia sentido a obrigatoriedade, pelo menos para os recursos de apelação, de que fossem arazoados na origem, já que lá só seriam recebidos, sem qualquer exame do inconformismo em si.

Nesse sentido já se manifestava a melhor doutrina:

"Às vezes, o advogado do réu reside na Capital e seria um transtorno deslocar-se para o interior, a fim de analisar os autos e oferecer suas razões."<sup>(1)</sup>

Se, entretanto, tal era o fundamento da inovação legislativa, o fato é que outros motivos vieram a ensejar a utilização do permissivo legal, bastando constatar, em apoio a tal afirmação, que cerca de metade dos recursos de apelação cujos motivos de inconformismo são apresentados diretamente ao Tribunal, no Estado de São Paulo, é proveniente de feitos processados na própria Capital.<sup>(2)</sup>

Dois outros motivos são apontados, no meio judicial, para explicar o fato: para uns, o objetivo seria evitar que as contra-razões fossem apresentadas pelo próprio Promotor de origem, mais afeito e talvez mais envolvido emocionalmente com a matéria; para outros, forma de ganhar tempo para arazoar, como na hipótese lembrada por Hermínio Alberto Marques Porto em aula do curso de pós-graduação da PUC/SP, de advogado constituído após a publicação da sentença condenatória, e que não acompanhou o processo desde o seu nascedouro, e que teria, assim, maiores condições de promover a melhor defesa.

A razão, efetivamente, parecer estar com Marques Porto, pelo menos no Estado de São Paulo. É que aqui, desde 1991, se se tratar de processo oriundo da própria capital, após arazoado o recurso pelo apelante que recorreu ao § 4º do artigo 600, o processo retorna à promotoria de origem. Assim, o expediente de evitar o promotor originário já não tem sentido. E, no entanto, a utilização do recurso processual não diminuiu, mantendo-se, até os presentes dias, nos mesmos níveis antigos nos quais metade dos processos advem de vara comum, distrital, ou dos tribunais do júri da capital.

Como o Código de Processo Penal estabelece que o apelante arazoará, quando desejar, no Tribunal, a questão de quem contra-razoe, no âmbito do Ministério Público Estadual, é matéria interna. Assim, desde o início da inovação legislativa, o Procurador-Geral de Justiça designava um Promotor de Justiça especialmente para atender à demanda, normalmente um assessor de seu gabinete, viessem os recursos do interior ou da capital. Todavia, o Ato nº 67/91-PGJ, de 10 de setembro de 1991, publicado no "Diário Oficial do Estado" do dia seguinte, disciplinou, no parágrafo único do seu artigo 5º, que:

"Parágrafo único. A atuação nas apelações interpostas na forma do artigo 600, § 4º, do Código de Processo Penal, fica atribuída ao integrante da Promotoria que oficia no respectivo processo."

Assim, a partir daí, só se designa um Promotor para que contra-razoe os recursos advindos não da capital. Se persiste a utilização do permissivo processual para processos advindos da própria cidade de São Paulo, o motivo preponderante só pode ser o apontado pelo processualista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tratando-se a matéria aqui versada, acrescente-se, de questão processual que não ensinou, até hoje, grandes indagações doutrinárias ou jurisprudências, desconhece-se publicação que tenha especificamente abordado o tema, que é até bem pouco, ou nada abordado, nos trabalhos de maior fôlego. Por ter atuado, desde 1990 e por designação do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, exclusivamente em contra-razões de apelação em tais casos, o autor teve ocasião, entretanto, de defrontar-se com algumas questões e soluções jurisprudenciais, que serão aqui lembradas, quem sabe com algum proveito prático, agora que anteprojetos de Código de Processo Penal encontram-se prestes a ser submetidos à discussão parlamentar.

(1) Fernando da Costa Tourinho Filho, "Prática de Processo Penal", pág. 364.

(2) Estatística da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, 1990.

### 3. O cabimento do permissivo legal

De início, é de se repetir que a hipótese só se aplica ao recurso de apelação. Não só porque especificamente prevista no Capítulo III, do Título II, do Livro II, do Código de Processo Penal, que trata de tal recurso, mas pela razão primordial de que no recurso em sentido estrito ou na carta testemunhável o Juiz a **quo** pode retratar-se, reformando a decisão guerreada, possibilidade que se suprimiria caso as razões viessem a ter diretamente à Superior Instância.<sup>(3)</sup>

Muita tentativa ocorreu e ocorre, entretanto, quanto à utilização da faculdade também com relação ao recurso em sentido estrito. A resposta jurisprudencial, contudo, tem sido uniforme. Vale a pena conferir:

"Processual Penal - Recurso em sentido estrito - Impossibilidade de arrazoar na segunda instância.

A regra contida no artigo 600, parágrafo 4º, do CPP, assegura a faculdade de arrazoar na instância superior somente em caso de apelação, não abrangendo o recurso em sentido estrito, cujo disciplinamento, estabelecido em norma própria, não comporta interpretação analógica." (Recurso Especial nº 2.954-SP (REG. 90.0004133-3) - Relator Ministro Fláquer Scartezini - STJ - Diário da Justiça, 4.3.91, pág. 1989.)

#### "RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. APRESENTAÇÃO DE RAZÕES.

I - Não obsta à subida do recurso em sentido estrito a falta de oferecimento de razões.

II - O art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal assegura a faculdade de arrazoar na instância superior em caso de apelação, não se referindo ao recurso em sentido estrito. A norma assegura faculdade de arrazoar na instância superior em caso de apelação, não se referindo ao recurso em sentido estrito, pelas peculiaridades que este ostenta." (Recurso de HC nº 63.567 - Rio de Janeiro, STF - Segunda Turma - Rel. Francisco Rezek, RTJ 117/1094.)

"Recurso Crime - Sentido estrito - Interposição da decisão de pronúncia - Pretendida apresentação das razões em segunda instância - Inadmissibilidade - Inteligência do artigo 600, § 4º, do CPP.

O disposto no artigo 600, § 4º, do CPP, faculdade de apresentar o recorrente suas razões em segunda instância, não se aplica à hipótese de recurso em sentido estrito." (Recurso Criminal 60/79 - Curitiba - Rel. Silvio Romero - TJPR (Criminal) - RT 539/329.)

Há portanto, unanimidade doutrinária e jurisprudencial quanto ao uso da faculdade apenas em se tratando de recurso de apelação. Mais um motivo, ousamos, para a conclusão que ao final sustentaremos, da desnecessidade do dispositivo, que não se justifica desde os mesmos tempos de sua entrada em vigência.

### 4. O problema do destinatário da faculdade

Discutiu-se, ao menos doutrinariamente, se a faculdade poderia ser igualmente exercida pelo membro do Ministério Público. Em outras palavras: poderia o representante do Ministério Público postular a apresentação de suas razões de recurso de apelação valendo-se do artigo 600, § 4º?

(3) Fernando da Costa Tourinho Filho, "Processo Penal", vol. 4, pág. 309.

Por estranho que pareça, há dissidência doutrinária. A maioria, representada por Júlio Fabbrini Mirabete, Mariano de Siqueira Filho e Edgard Magalhães Noronha, responde favoravelmente à hipótese. Contra manifesta-se Fernando da Costa Tourinho Filho, solitária mas brilhantemente.

Quem mais cuida da matéria, do primeiro grupo, é Magalhães Noronha, afirmando:

"Refere-se a lei às partes, donde também ao Ministério Público é outorgada a faculdade, podendo as razões ser oferecidas no juízo **ad quem**, com autorização prévia do Procurador-Geral, que então designará promotor que o faça, o que está de acordo com os princípios da **indivisibilidade** e **unidade** da instituição."<sup>(4)</sup>

Os argumentos de Siqueira Filho<sup>(5)</sup> e Mirabete<sup>(6)</sup> não destoam dos de Noronha.

Já, para Tourinho Filho,<sup>(7)</sup> não poderia o promotor exercer a faculdade porque o membro do Ministério Público que atua no interior não pode praticar atos processuais fora de sua comarca, ressalvando "a hipótese raríssima de um membro do Ministério Público da Capital ser designado para funcionar em processo do interior".<sup>(7)</sup>

A razão, ousa, está com o segundo, bastando se ter em conta o próprio fundamento normativo. O representante do Ministério Público do interior, ao contrário do espírito da norma, só teria entraves e dificuldades em deslocar-se à Capital. A hipótese raríssima anotada por Tourinho, de se tratar de Promotor da Capital, designado para atuar em processo do interior, e que portanto teria maiores facilidades em arrazoar na própria Capital, igualmente não nos parece convincente. Se as razões que ditaram a sua designação sobrepunham-se às dificuldades e ônus do deslocamento, estas persistem, não tendo sentido que caiam por terra em momento posterior, recursal.

### 5. A faculdade estende-se às contra-razões de apelação?

Não é pacífica a questão de se o permissivo estende-se à hipótese de oferecimento de contra-razões no tribunal **ad quem**. Na doutrina, há dissidência. Jurisprudência recente, do Pretório Excelso, não a admite. Vale a pena examinar a sabedoria pretoriana:

"Recurso - Apelação - Contra-razões recursais - Oferecimento na superior instância - Providência condicionada ao exercício, pelo apelante, do direito potestativo que lhe confere o § 4º do artigo 600 do CPP - Impossibilidade de o apelado valer-se da prerrogativa autonomamente.

O oferecimento de razões e de contra-razões de apelação criminal na superior instância reveste-se de absoluta excepcionalidade. A apresentação de contra-razões recursais em 2ª instância está condicionada ao exercício, pelo apelante, do direito potestativo que lhe confere o § 4º do artigo 600 do CPP. Se o apelante **não declarar** na petição ou no termo, ao interpor a apelação criminal, que deseja arrazoar o recurso no tribunal **ad quem**, não poderá o apelado valer-se, autonomamente, da prerrogativa de produzir, ele próprio, as suas contra-razões recursais na instância superior." (HC 68.072.1 - SP - 1ª T. - j. 19.6.90 - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 10.8.90, in RT 659/357).

Fica claro, pois, o posicionamento do Supremo: se o apelante postula o favor legal, é certo que poderá exercer igualmente o direito de assim contra-arrazoar, haja recurso também da outra parte. O que não poderá, segundo o Pretório Excelso, é postular tão-só o direito de contra-arrazoar em Superior Instância, tenha a parte contrária (de regra o MP, como visto) recorrido e arrazoado na origem.

(4) Edgard Magalhães Noronha, Curso de Direito Processual Penal, pág. 361.

(5) Mariano de Siqueira Filho, Curso Básico de Processo Penal, pág. 208.

(6) Júlio Fabbrini Mirabete, Processo Penal, pág. 616.

(7) Tourinho Filho, 2ª ob.cit. vol.4, pág. 301.



A dissidência doutrinária fica por conta de que o espírito da norma permaneceria o mesmo, devendo prevalecer: a mesma seria a dificuldade para a remoção do advogado, para arrazoar ou contra-arrazoar. E, *data venia* do entendimento superior, há mais sentido na prevalência do sentido da norma que da sua estruturação formal.

Não se anota dissidência, contudo, mesmo porque se trataria de claro contra-senso, no caso em que haja apelação tanto da parte do réu quanto do Ministério Público. Aquele, se se valeu da faculdade para arrazoar, poderá dela se valer para contra-arrazoar. Senão, teria de se deslocar à origem para contra-arrazoar o recurso ministerial, o que esvaziaria, de vez, de sentido a norma. No Estado de São Paulo, em que tal hipótese não é rara, os tribunais não têm negado exame às contra-razões assim oferecidas. O princípio do contraditório o obrigaria, senão o da economia processual.

## 6. A faculdade na ação penal privada

Nenhuma dificuldade existe em se estender o permissivo tanto ao querelante quanto ao querelado, nem se anota divergência jurisprudencial ou doutrinária a respeito. Aliás, aí é que se tem a razão pela qual o parágrafo fala em abrir vista "às partes", expressão em que se apóiam os que defendem a utilização do recurso procedimental também pelo Ministério Público, sem razão, como se vê. É que o legislador não se descurou da hipótese de se tratar de ação penal privada.

## 7. A faculdade quanto ao Assistente da Acusação

Grassa divergência, acentuada pelo posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quanto a que o Assistente da Acusação possa arrazoar recurso que interpôs, valendo-se do permissivo examinado. No Ac. Crim. 40.067, de 30 de abril de 1986, assim se manifestou aquela egrégia corte:

"Não se poderá equiparar a figura do assistente daquela que encarna o Defensor do réu. Este, por força de mandamento constitucional, inerente à garantia individual da ampla defesa; aquele, meramente facultativo e substituto do titular da ação penal, em casos específicos que a lei disciplina. Dessarte, a falta de razões do recurso do assistente do Ministério Público não pode ser equiparada à faculdade dada ao réu de apresentá-las em 2ª Instância. A permitir que ocorresse a faculdade do assistente arrazoar em 2ª Instância, estaríamos, isto sim, cerceando o direito de defesa, por isso que esta só saberia no Tribunal *ad quem* qual o posicionamento da acusação." (RJTJESP 102/392).

A nosso ver, o entendimento não parece o melhor, posição que adotamos com apoio em Mirabete<sup>(8)</sup> e em precedente jurisprudencial (RT 542/341). É que o parágrafo acrescentado ao artigo 600 fala em apelante, sem restringir, e o assistente pode apelar, todos o sabem.

Em apoio a tal tese podemos acrescentar, ainda, que não se confunde a desnecessidade do órgão da acusação, que é o Ministério Público, com a do advogado que adere à acusação, e que pode beneficiar-se da medida, com vantagem para os que o constituíram. Por isso que a negativa da faculdade, a nosso ver, configura, sim, e ao contrário do venerando acórdão trazido à colação, cerceamento de defesa. No processo penal, sabe-se, o mais das vezes, o ofendido também se defende, e é nessa acepção ampla de defesa que se deve considerar o dispositivo constitucional. É direito cívico, de agir.<sup>(9)</sup>

(8) Mirabete, ob. cit., pág. 616

(9) José Afonso da Silva, "Curso de Direito Constitucional Positivo", pág. 372; (10) Mirabete, ob. cit., págs. 617 e 618.

## 8. O procedimento no caso da falta de apresentação das razões

Caso o apelante, após postular a apresentação das razões junto ao Tribunal, deixe de fazê-lo, há que se distinguir, na forma da absoluta maioria jurisprudencial, se se trata de advogado constituído ou dativo.

Se se trata de dativo, a falta de razões implica nulidade absoluta, por cerceamento de defesa. Este é o entendimento majoritário. No Estado de São Paulo, em ocorrendo a ausência de razões nessa hipótese, oficia-se à Procuradoria-Geral do Estado, que designa defensor para tal fim especial.

Se se trata de defensor constituído, a tendência dominante é no sentido de que tal "não impede o seu conhecimento e julgamento (RT 556/427), já que a omissão não é apontada como causa de nulidade, a não ser que se demonstre prejuízo para a defesa (RT 605/426)".<sup>(10)</sup> Há posições, entretanto, no sentido de que seja cientificado da desídia de seu patrono, para, se quiser, constituir outro, o que não tem sido observado nos tribunais paulistas, sem que se tenha suscitado, até aqui, manifestação superior.

## 9. Quem contra-arrazoar pelo Ministério Público?

Interessante questão é a de quem deva contra-arrazoar o recurso interposto na forma do artigo 600, § 4º, pelo Ministério Público. O próprio Procurador-Geral? Um Procurador de Justiça? Um Promotor de Justiça, para tanto designado? Ou o Promotor da origem?

De há muito, no Estado do Rio Grande do Sul, se se trata de processo oriundo da própria capital, quem contra-arrazoar é o próprio Promotor da origem, para quem os autos retornam, apesar da expressão do parágrafo no sentido de que no Tribunal será aberta a vista. O Estado de São Paulo, desde 1991, segue os passos inovadores gaúchos, a nosso ver com razão. Não havendo demora maior, porque se trata de promotor da própria comarca da Capital, este, mais afeito aos autos, é que deverá contrastar o recurso. Nem vale o argumento de que tal procedimento fere o texto legal, porque a vista é aberta no Tribunal, à Procuradoria, e esta remete os autos ao Promotor de origem. A experiência paulista vem sendo satisfatória e surgiu com Ato do Procurador-Geral de Justiça.<sup>(11)</sup>

Que o próprio Procurador-Geral officie, ou outro Procurador de Justiça por ele, parece-me incabível, apesar de que vezes autorizadas como a de Mirabete o sustentem.<sup>(12)</sup> Haveria evidente desacerto processual, já que a Superior Instância do Ministério Público é *custos legis*, e assim ver-se-ia suprimida instância da atuação do próprio órgão acusatório.

Magalhães Noronha aponta impedimento a que o processo retorne ao Promotor de Justiça de origem, ao menos no Estado de São Paulo, por força do contido no artigo 245 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que impede a saída dos autos de cartório<sup>(13)</sup>, o que se encontra legislativamente superado com relação aos representantes do Ministério Público, pois que o MP não é notificado pela publicação oficial, como constante do próprio parágrafo do artigo 600, mas se lhe abre vista, tão-só, encaminhando-se o processo à Procuradoria-Geral de Justiça.

Enfim, a única solução sugere, quanto aos recursos de apelação oriundos do interior do Estado ou da Grande São Paulo, que seja designado Promotor de Justiça para exercer tais atribuições em nome do Procurador-Geral. É o que se faz desde 1991 através de dois

(11) Ato nº 67/91-PGJ, de 10 de setembro de 1991.

(12) Mirabete, ob. cit., pág. 616.

(13) Noronha, ob. cit., pág. 361.

Promotores de Justiça de entrância especial, especialmente designados, e com exclusividade, para tanto. Apesar da variação numérica dos processos, na média o volume de serviço equivale ao dos Procuradores de Justiça.

Um perigo há, entretanto, não levantado, e que deve merecer exame. Se um só, ou dois que o sejam, Promotores de Justiça atuam em tais funções, o recorrente de fora da Capital sabe que a ele irão os autos. Trata-se de exclusividade de atuação que não deixa de oferecer riscos, de todos sabido.

De qualquer maneira, persistindo o dispositivo, não se sugeriu procedimento melhor, ao menos até agora.

## 10. A falta de intimação da parte para a apresentação das razões

Pacífico é que, tendo protestado a parte pela apresentação das razões em Superior Instância, ali seja intimada da abertura de vista, sob pena de configuração de nulidade. Nesse sentido é unânime o posicionamento jurisprudencial:

"Recurso Crime - Apelação - Protesto por oferecimento de razões em segunda instância - Falta de sua intimação ao recorrente - Julgamento realizado sem as razões - Inadmissibilidade - Acórdão anulado - Inteligência dos artigos 564, III, 'e'; 798, § 5º, 'a'; e 600 § 4º, do CPP, acrescentado pela Lei nº 4.336/64.

Ementa oficial: Apelação da defesa. Descumprimento do disposto no artigo 600, § 4º, do CPP. Se o réu declarar, na apelação, que deseja arrazoar na superior instância, a falta de vista, para aquele fim, importa nulidade do acórdão. Aplicação do artigo 600, § 4º, c/c os artigos 564, III, 'e', in fine, e 798, § 5º, 'a', do CPP. Habeas corpus, deferido." (Habeas corpus nº 59.069-1 - RJ - 1ª Turma - Rel. Soares Muñoz, in RT 555/440.)

O prazo para manifestação da vontade de valer-se do disposto no artigo 600, § 4º, é o legal: no da e com a interposição do recurso de apelação:

"Recurso Crime - Apelação - Razões não oferecidas em primeira instância - Protesto de apresentação em segunda instância manifestado mais de dois meses após o termo de vista dos autos - Inadmissibilidade - Inteligência do artigo 600, § 4º, do CPP.

O apelante que pretenda arrazoar o recurso no tribunal *ad quem* e não em primeira instância, como de ordinário se faz em matéria de recursos, deverá declará-lo na petição ou no termo de interposição."

(Ap. 139.307 - Bauru - 2ª C. Rel. Prestes Barra - v.u. em 30.7.79 - RT 542/341)

## 11. Outras questões secundárias

A prática levou-nos à constatação de alguns problemas menores, que nem por isso devem ficar sem consideração.

O primeiro deles diz respeito a acontecimento freqüente, quando vários os réus condenados em um só processo, todos apelam, parte arrazoar na origem e parte postula a apresentação dos motivos de inconformismo no Tribunal, sendo que o representante do Ministério Público, na origem, não contra-arrazoar nem mesmo os apelos justificados. Ao promotor designado em Superior Instância, é óbvio, cabe a todos contra-arrazoar, em face do princípio da indivisibilidade do órgão de acusação.

Outra questão surge quando o apelante, decorrido o prazo da abertura de vista, já contra-arrazoadado o recurso pelo representante ministerial, apresenta serodidamente os seus motivos recursais. Os Tribunais paulistas, por liberalidade, vêm permitindo que as razões extemporâneas sejam juntadas por linha, abrindo-se nova vista ao Promotor que exarou as contra-razões, para que ofereça novas, à vista da motivação ulterior. Na prática, acaba

havendo duas contra-razões pelo Ministério Público, e manifestação do apelado antes do apelante, em evidente inversão e tumulto processual. É, entretanto, o que vem ocorrendo, com freqüência.

A utilização da faculdade, em termos estatísticos, merece conhecimento. Os dados cingem-se ao Estado de São Paulo. Neste, no ano de 1992, em que apenas um Promotor de Justiça esteve designado pela Procuradoria-Geral para contra-arrazoar as apelações interpostas na forma do artigo 600, § 4º, do CPP, advindas do interior e da região metropolitana da Capital, 368 (trezentos e sessenta e oito) processos foram contra-arrazoados, observando-se, no corrente ano de 1993, até o final do semestre, acréscimo ligeiro no total dos feitos.

## 12. Conclusão

A faculdade contida do § 4º, do artigo 600 do Código de Processo Penal, a rigor, não tem e nunca teve razão de ser. Se se tratava de obviar suprema dificuldade de acesso, a impossibilidade de sua adoção para o recurso em sentido estrito e a carta testemunhável já a não recomendava. Ademais, se difícil o acesso a determinada Comarca, tal ocorre desde o nascedouro do processo, nem por isso podendo-se dizer que o réu tenha ficado indefeso.

Hoje, entretanto, com a facilidade de deslocação para os mais remotos pontos do País, mais que nunca a medida não tem sentido e a inovação introduzida em 1964 merece desaparecer do ordenamento jurídico.

Melhor seria, a atender o espírito da norma, que se tivesse dilatado o prazo aos causídicos residentes fora da Comarca. O anteprojeto em curso, todavia, não contempla nenhuma hipótese nesse sentido. Mantendo íntegro o artigo 600 e os seus parágrafos originários, extirpa do texto, tão cabalmente quanto introduzido, o parágrafo aqui examinado, o que muito provavelmente fará do presente esboço de análise um mero testemunho histórico.

## Bibliografia

BOTTO, Cyrdemia da Gama e Luiz Antônio Orlando - "Das Nulidades no Processo Penal" - Edições APMP - 1992 - São Paulo.

NORONHA, E. Magalhães - "Curso de Direito Processual Penal" - Ed. Saraiva, 11ª ed. 1979 - São Paulo.

JESUS, Damásio E. de - "Código de Processo Penal Anotado" - Ed. Saraiva, 9ª ed., 1991, São Paulo.

MIRABETE, Júlio Fabbrini - "Processo Penal" - Ed. Atlas, 1991 - São Paulo.

SILVA, José Afonso da - "Curso de Direito Constitucional Positivo" - Ed. Revista dos Tribunais - 6ª ed. 1990, São Paulo.

SIQUEIRA Fº, Mariano de - "Curso Básico de Processo Penal" - Ed. Saraiva, 1980, São Paulo.

TOURINHO Fº, Fernando da Costa - "Processo Penal", Ed. Jalovi. 5ª edição, 1979, Bauru-SP.

"Prática de Processo Penal", Ed. Jalovi, 6ª ed., 1979, Bauru-SP.

TORNAGHI, Hélio - "Curso de Processo Penal", Ed. Saraiva, 1980, São Paulo.